

ÍNDIO BRASILEIRO

A Funai tem saída?

Novo presidente propõe a descentralização do órgão

Dezessete anos após o primeiro contato com uma tribo arredia, os cintas largas, de Rondônia, o sertanista Apoena Meirelles, filho do legendário sertanista Francisco Meirelles, assume a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), prometendo como prioridade de sua administração a demarcação das terras indígenas e a descentralização administrativa da Fundação, com o fortalecimento das delegacias regionais.

Nascido numa aldeia xavante, Apoena é o quarto presidente da Funai nomeado pela Nova República, e tem um passado de luta e de resistência em favor do índio (leia o quadro abaixo). Em 1972, durante o governo Médici, desencadeou com outros sertanistas, em relatórios contundentes, um movimento de protesto contra o processo de ocupação da Amazônia com a abertura de rodovias que invadiam as aldeias na mata.

Para o novo presidente da Funai, com a integração das várias regiões brasileiras, o indigenismo romântico dos anos 70, que era a tônica de seus relatórios críticos, chegou ao fim, assim como já está se tomando cada vez mais desnecessário o trabalho de seus colegas sertanistas, os quais, de agora em diante, deverão se conformar com funções burocráticas. É que os índios, de acordo com Apoena, não mais precisam, como antes, de porta-vozes como sertanistas, antropólogos e indi-

genistas, pois já estão falando por si próprios e se preparam para não mais aceitar a tutela do Estado.

Mas, enquanto esse processo de autodeterminação não se consuma, há ainda, segundo Apoena, um difícil caminho a percorrer, bloqueado pela crônica crise político-administrativa em que se encontra mergulhada a Funai desde a sua criação, e que a faz ostentar uma troca recorde de presidentes (leia quadro da página 15). Já envolvido "no mesmo processo de administração de crises que desafiou o trabalho dos outros presidentes" da Funai, Apoena avalla que o órgão, para se tornar viável, precisa ser profundamente reformulado, mas não acredita que essa reformulação possa ser feita a curto prazo, já que dependeria, por sua vez, de mudanças mais profundas na situação econômica e política do país.

"Vamos trabalhar com base no diálogo, e nosso primeiro passo será a descentralização administrativa, para fortalecer as diretorias regionais e procurar solucionar os problemas dos índios a nível de comunidade, e não a nível de Brasília", propõe Apoena. Ele argumenta que "não adianta ficar aqui recebendo 200, 300 índios por mês, dando dinheiro a cada um, quando sabemos que o problema do índio nunca será resolvido em termos individuais. Se fosse para resolver o problema a nível individual, seria muito fácil, basta-

ria o governo arrumar emprego e dinheiro para cada índio". Mas, como o problema não pode ser encarado de modo tão simplista, a Funai, segundo ele, vai ter que trabalhar para que o índio se desenvolva e se eleve como comunidade, decidindo ele próprio qual será seu destino e como será seu modo de vida.

Fogo cerrado — A posição de Apoena Meirelles, considerado por muitos como um sertanista conservador, traz mais combustível para o grande debate que se desenvolve no país em torno do papel a ser desempenhado pela Funai na defesa, manutenção e desenvolvimento das várias nações e grupos étnicos indígenas que povoam o Brasil. Sob fogo cerrado de críticas e denúncias, até mesmo dos próprios índios, a Funai vai resistindo. E, apesar dos líderes indígenas criticarem a atuação do órgão, nenhum deles é favorável à sua extinção; gostariam apenas que fosse mudado, para dar mais assistência às comunidades, para se fortalecer e ganhar credibilidade junto à opinião pública.

"Ruim com ela, pior se ela não existisse. Está errado muita coisa, mas ainda podem consertar", disse o cacique Nelson Saracura, chefe dos pataxós-hã-hã-hãe. De



Arquivo Apoena Meirelles

Um sertanista independente

Ele se considera representante da última geração de sertanistas autênticos, formados no trato diário com tribos indígenas arredias e íntimos da vida na mata. Com 36 anos de idade, Apoena Meirelles assume a Funai após uma longa folha de serviços prestados ao índio brasileiro. Nascido na aldeia Xavante no posto Pimentel Barbosa, grupo que foi pacificado por seu pai, o sertanista Francisco Meirelles, ele sempre acompanhou o pai nas expedições pela Amazônia, e já aos 17 anos fazia o seu primeiro contato, com os índios cinta-largas no Parque Indígena do Aripuanã.

A partir dessa época Apoena passou por várias experiências de contato, destacando-se o trabalho com os índios avacaneiros, no norte de Goiás, último grupo indígena que ainda perambulava pelo interior do Estado; os uru-eu-uau-uau, de Rondônia, tendo, ainda, atuado

na fase inicial de contato dos índios crenhacarores, do Mato Grosso, e Waimiri-atroaris, de Roraima.

Apoena sempre fez questão de frisar a sua posição de independência dentro da Funai, afirmando que nunca fez parte de grupos ou de correntes que hoje dividem o movimento indigenista. Ele acha que esta fragmentação tem dificultado a busca de uma solução para a questão do índio brasileiro, acabando por representar uma constante luta pelo poder, na qual quem sempre acaba perdendo é o índio. Ele se considera um dos últimos sertanistas vivos, e acredita que, cada vez mais, caberá ao sertanista exercer funções burocráticas na Funai em detrimento de sua atividade na mata, onde são cada vez mais raros os grupos indígenas ainda arredios.

"O índio" — assinala o sertanista — "já está falando por si e se prepara para não mais aceitar a tutela do Estado". Apoena pertence a uma corrente de indigenistas que sempre defendeu a preparação do índio para o contato inevitável

com o mundo civilizado. Seu pai, Francisco Meirelles, sempre defendia esta posição, afirmando que o preparo deveria ser gradativo pois, caso contrário, o índio sucumbiria ao confronto com a sociedade branca.

Este trabalho vem desde o contato com o índio isolado e passou a ter uma grande importância, especialmente a partir de 1970, com o programa de integração da Amazônia, e a conseqüente abertura de rodovias por toda a região. A fase do "namoro" com o índio, que antes podia durar anos e até décadas, como foi o caso dos índios xavantes, precisava ser abreviado, senão, os índios ficariam expostos às frentes de penetração que se dirigiam para esta região, estimuladas pelo governo. Este "namoro" consiste em conquistar a confiança do índio arredio, e da forma clássica funciona com a montagem de um "tapiri".

coçar e borduna na mão, Saracura foi ver Apoena ser empossado e, como os demais índios, não fez nenhuma crítica no momento: "Vamos esperar ver o que ele faz. A gente não sabe qual é o trabalho dele, pode ser que dê certo, então a gente espera".

Ele não exige muita coisa para a mudança da política indigenista. Queria apenas que "o governo desse mais atenção para meu povo, porque daqui a pouco não vai sobrar muita gente, porque tem criança doente, criança sem comida e desse jeito, nós não vamos progredir". Saracura acredita que a solução para o problema de todos os índios é, principalmente, de sua tribo, é o reconhecimento da terra habitada.

"Na hora que o governo reconhecer nossas terras, aí o problema acaba. Todo problema, na Bahia, no Maranhão, no Amazonas" — disse Nelson Saracura — "é o problema da nossa terra. Se o governo deixar a terra nossa, nós vamos ficar quietos, vamos plantar, vamos trabalhar para ter progresso. Agora, ficar fugindo daqui pra lá, sem ter um canto certo, com um pedaço de terra do tamanho de um chiqueiro, não dá certo. Nós brigamos mes-

mo e continuamos reclamando contra o governo que tem de cuidar de nós".

Sem imposição — Mais calado e, com menos palavras, o líder kajabi Mairawé faz outro tipo de exigência. Sua tribo vive no Parque Indígena do Xingu, onde as terras já foram demarcadas e Mairawé se queixa apenas do tratamento que o governo concede aos índios, reivindicando maior respeito aos chefes, consulta às lideranças.

"Cansa muito ver o tempo passar e a política da Funai continuar a mesma", diz Mairawé, "cansa também se explicar todo dia que nós não somos crianças, que sabemos pensar e que sabemos o que é bom para nós. O governo nunca nos pergunta o que nós queremos, nunca vem perguntar se nós aceitamos os presidentes da Funai que eles escolhem. Isso é desrespeito aos nossos chefes. Nós gostaríamos que um dia realmente eles nos perguntassem o que nós queremos, o que nós pensamos".

O que faria Mairawé se chegasse à presidência da Funai? "Primeiro" — respondeu — "ia sair conversando com todos os índios, saber quais os problemas deles, se queremos uma escola na aldeia, se precisamos de médico, de enfermeira, se está faltando remédio; depois, conversava com todos os índios juntos e, daí, escolhia o que precisamos. Mas parece que ninguém quer fazer isso. Trata a gente sempre como criança, como se a gente não tivesse pensamento próprio".

A maior queixa de Mairawé contra o órgão tutor é exatamente o tratamento: Ele acha que os índios nunca são ouvidos nas decisões e, principalmente, que a Funai "sempre pensa que nós não sabemos

pensar sozinhos, que tem algum branco pensando por nós, quando vamos fazer nossos pedidos ou quando vamos reclamar contra algum presidente. Mas não é assim. Nós sabemos conversar, sabemos quando as coisas não estão indo bem, e claro que sabemos quando não estão cuidando dos nossos problemas".

Ele acredita que um dia o governo vai pensar dessa forma e convidar todos os índios para uma conversa, para saber o que querem. "Aí, depois disso, é só dar assistência, médico, escola, semente, para plantar na terra quando não tiver mais problema de invasão. Mas enquanto pensarem que nós somos crianças, não vai dar certo, porque isso é falta de respeito e, se não respeitarmos nem nossa opinião, como é que vão respeitar outras coisas?"

Para Ailton Krenak, da União das Nações Indígenas (UNI), a Funai deveria formar um conselho das nações indígenas, congregando toda a população índia do Brasil formada, segundo ele, de 80 micronações, 180 grupos étnicos que falam 120 línguas diferentes. Ele alega, no entanto, que, em lugar disso, o governo insiste até em ignorar a existência da União das Nações Indígenas como um fórum legítimo para manifestação e reivindicação indígena. Sem representatividade junto ao Estado brasileiro, diz ele, o índio dificilmente terá uma política claramente definida em seu favor nas áreas de habitação, saúde, assistência e de preservação de seus territórios.

Para Krenak, a grande nação brasileira só teria a ganhar com a pluralidade e a diversidade das nações indígenas. E, para manutenção dessa pluralidade ele lembra que o índio espera do Estado o respeito pelo que ainda resta das 80 micronações que, em seu total, representam menos de 0,2% da população brasileira.

Faca de dois gumes — Alcida Ramos, chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, adverte que a descentralização proposta por Apoena Meirelles pode funcionar como "facas de dois gumes", deixando os índios mais expostos e desprotegidos: "Se, de um lado, a medida contribuiria para aumentar a eficiência administrativa da Funai, por outro lado as delegacias situadas nos estados onde a questão do índio não vêm sendo bem conduzida, como na Bahia, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ficariam ao sabor dos interesses locais".

A Funai, na avaliação de Alcida, está hoje numa encruzilhada, e as diversas crises enfrentadas pelo órgão, no seu entender, ainda não foram analisadas de forma adequada pelos seus dirigentes. A Fundação, diz a antropóloga, esteve mais empenhada na rotina de "apagar incêndios" do que propriamente em repensar a política indigenista, como foi proposto pela Associação Brasileira de Antropologia e



Apoena com Chico Meirelles há 17 anos, em sua primeira expedição, e com o cacique xavante que lhe deu o nome

onde o sertanista coloca presentes para os índios — utensílios como panelas, machados, facas, espelhos. Com o passar do tempo o índio aprende a frequentar o tapiri e começa a retribuir, deixando no mesmo local, cerâmicas, frutos e outros brindes. Daí para a fase de confraternização é um passo.

Mesmo sem esconder a emoção desses contatos, Apoena, já em 1972, demonstrava preocupação com a situação dos índios, afirmando na ocasião, quando dirigia o Parque do Aripuanã, que os índios contactados por ele haviam passado pelo sarampo levado pelos colonos. "Mas não sei se passarão pela gripe, caxumba ou tuberculose", desabafava. Apoena, em função das posições que assumia numa época de fechamento político, foi punido pelo então presidente da Funai, general Bandeira de Mello, chegando a ser afastado de suas funções. Ele voltou a se desentender com a dire-

ção da Funai durante a administração do coronel Nobre da Veiga, retornando ao órgão a convite de Otávio Ferreira Lima.

Ao assumir o cargo deixado por Álvaro Villas Boas, Apoena não escondeu a sua preocupação com o futuro da Funai. Para ele, a Fundação, como está atualmente, não poderia ser administrada a contento nem pelo marechal Cândido Rondon. Ele defende um programa de descentralização da fundação, com reforço para as delegacias regionais e a criação de um Conselho Indigenista operante, integrado por representantes dos índios, e de indigenistas realmente engajados na questão do índio brasileiro. Ele acredita que no Brasil, do ponto de vista jurídico, a questão do índio já está resolvida, pois a Funai dispõe da Lei 2.001, o Estatuto do Índio. Falta agora, segundo afirma, equacionar o problema administrativo, para ele a causa maior da rotatividade verificada nos últimos anos na direção da Funai (leia quadro da página 15).

pela União das Nações Indígenas (UNI) à assessoria do então candidato à Presidência, Tancredo Neves e, depois, ao Ministério do Interior.

A alternativa para viabilizar o órgão, segundo Alcida, é a implantação de uma estrutura mais democrática e de responsabilidade coletiva. Ela lembra que não há uma solução definitiva para a questão do índio, já que o processo histórico "é flexível", e reforça que o importante, no momento, é reforçar os movimentos indígenas, como a UNI, como forma de dar mais espaço ao índio na discussão dos problemas enfrentados pela minoria étnica.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que tem se posicionado como um dos críticos mais ferrenhos da política indigenista oficial desde que foi criado, no início dos anos 70, não tem mudado de tom. Antônio Brandt, secretário-executivo do Conselho, afirma que tanto a política indigenista como a Nova República estão em processo de credibilidade minguante. A mudança de regime, diz ele, não foi capaz de romper o autoritarismo dentro da Funai nem de corrigir os rumos do zigzague da política indigenista do governo, acelerando a ocorrência de fatos nocivos para as populações indígenas.

"Atrás de cada presidente demitido", afirma o secretário-executivo, "estão iniciativas interrompidas e promessas não cumpridas. Ainda hoje são encontrados erros e a má vontade da política indigenista verificados nos últimos 20 anos. Nos meios indigenistas, teme-se a volta da estagnação de 1980, disfarçada de descentralização administrativa". É exatamente nos estados, alerta, que a política indigenista tem se demonstrado mais vulnerável, por causa da proximidade e da influência política dos que defendem interesses contrários aos do índio.

Brandt denuncia um certo temor, entre os missionários, de que venha a prevalecer o monopólio estatal no trabalho indigenista, com a volta dos convênios entre a Funai e as dioceses. E situa a falta de terra e a não demarcação das áreas indígenas como o problema crucial do índio: "Os conflitos têm sido constantes e os responsáveis por agressões, até mesmo armadas, contra as comunidades indígenas, ficam impunes". Mas, apesar dessa violência ainda existir, nos últimos anos, segundo Brandt, tem crescido a reação dos povos indígenas, fazendo com que o futuro agora se mostre viável, com a possível ação solidária da sociedade civil para com os índios.

O Cimi chama também a atenção para a manipulação de índios por dirigentes da Funai: "prática antiga ainda não abandonada na Nova República". Brandt afirma que a mudança de governo não trouxe, como era de se esperar, a solução de vários problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, e cita como exemplo o



Nilton Guarám

encaminhamento dado aos casos dos índios kaiabis, apiakás, rikbaksas e chimbanges.

O Conselho Indigenista considera também insatisfatório o desenvolvimento do processo de demarcação de terras, gerando conflitos constantes. Sobre o futuro da causa indígena acha que, apesar dos desacertos e das violências de um longo passado, ele é viável, dependendo da ação solidária de toda a sociedade civil para com o índio.

Apesar das críticas, o secretário-executivo do Cimi considera que uma política realmente indigenista passa necessariamente pelo fortalecimento da Funai e pelo apoio à organização dos povos indígenas. E, ainda, que a nação redemocratizada deve entender a tutela dos índios como assistência especial a grupos culturalmente diferentes da sociedade nacional, como está previsto no Estatuto do Índio.

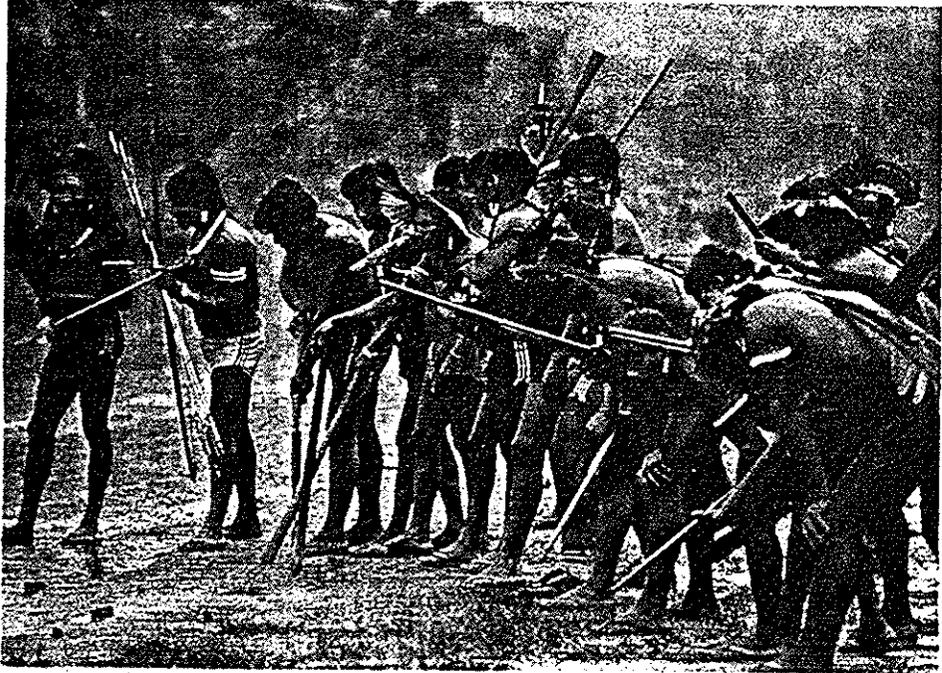
Sem salvação — Já o antropólogo Olímpio Serra não vê salvação na atual Funai: "Suponho que a questão seja, nesse momento, criar outra coisa. Inventar uma agência de governo mais inteligente, com uma ideologia progressista, capaz de dialogar com o índio. O diálogo sumiu. O que nós temos visto é bordunada de cá e de lá. É necessário criar uma diplomacia brasileira em relação aos povos indígenas. E pensar numa diplomacia especial para os povos que compõem a nacionalidade brasileira é essencialmente tratar com respeito a singularidade de cada nação indígena, sem esquecer os problemas gerais que afetam a todos os índios, como é a questão da terra. A singularidade de cada nação

faz com que não se possa pensar, por exemplo, no transplante, para os índios do Nordeste, das soluções que se têm batalhado para os índios da Amazônia. Os aspectos singulares e específicos de cada nação indígena exigem que as relações do governo para com essas sociedades organizadas se desenvolvam em harmonia com sua autonomia cultural, política, jurídica e econômica".

Serra destaca que os índios têm sido, ao longo do tempo, os responsáveis pelo equilíbrio das relações raciais que há no Brasil. No seu ponto de vista, o brasileiro não olha com comodidade o negro como um brasileiro diferente. Essa diferença é admitida mais facilmente com relação ao índio. Entre os extremos branco e negro, o índio tem permeado a história, compondo o equilíbrio.

Além do mais, destaca o antropólogo, o índio tem um repertório de organização comunitária de importância sociológica inegável, e isso é uma riqueza. Otimista, Serra prevê um dia em que os sistemas educacionais formais da nacionalidade brasileira vão lançar mão dos arranjos sociais que os índios elaboraram. Cita como exemplo o modo de a comunidade se relacionar com as crianças. Entre os índios, por exemplo, não há a figura do menor abandonado.

A antropóloga Cláudia Menezes, atual diretora do Museu do Índio, Rio de Janeiro, coloca o problema da assistência ao índio em outra dimensão. Para ela, um órgão estruturado nos moldes da Funai não consegue absorver a complexidade da problemática indígena brasileira e haveria necessidade de se partir para outra solução, como a criação de um ministério in-



Xavantes discutindo com fazendeiros em armas (E) e caiapós em guerra: a questão da terra acirra os conflitos

digenista, com poder e capacidade de dialogar e negociar com as outras instâncias de poder, e mais condições de dialogar com as sociedades indígenas.

A Funai, diz ela, não pode dar certo, porque funciona num nível de contradição muito grande, defendendo uma população indígena que ocupa 7% do território nacional, onde existe uma grande concentração de riquezas minerais e vegetais. Essa contradição, segundo Cláudia, cresce com o fato de estar a Funai incrustada no Ministério do Interior, que tem como principal papel promover o desenvolvimento econômico das várias regiões do país. A Fundação, avalia Cláudia, não vai ter autonomia nem capacidade de enfrentar as pressões de caráter político e econômico inerentes às questões ligadas à posse e uso da terra.

Dentro desse contexto, na opinião de Cláudia Menezes, torna-se difícil dizer onde fica a saída. E a solução para o problema indígena só será satisfatoriamente delineada quando o Estado brasileiro assumir que os índios têm direitos que devem ser defendidos e que um dos seus principais direitos é o de ter suas terras demarcadas. "Na medida em que o índio tenha garantida sua terra e sua cidadania, os conflitos com a sociedade envolvente tendem a ser reduzidos. É preciso considerar", diz ela, "o que cada sociedade indígena tem como seu projeto. A partir daí é que se poderia definir as bases de uma política realmente indigenista. Uma política que respeitasse o pensar, o saber de cada sociedade."

Coisa do passado — No mesmo tom,



Terena: O assistencialismo é fatal

Márcos Terena, assessor de Assuntos Culturais Indígenas do Ministério da Cultura, afirma que se não houver um trabalho de governo, uma determinação política para a solução dos problemas do índio, não haverá condições de se evitar o conflito. Também para ele, a questão fundamental que sintetiza todos os problemas indígenas é a questão fundiária. A falta de uma decisão de governo no sentido de resolver o problema da terra dos índios, adverte, "certamente vai ser fermento para novos conflitos entre as comunidades indígenas e os fazendeiros, políticos e até mesmo com o próprio governo".

Até o governo passado, diz Terena, não existiu empenho no sentido de solucionar o problema da terra. Superado esse problema, ele acha que o índio teria

Em 18 anos, 14 presidentes

Em seus 18 anos de existência, a Funai já passou por 14 presidentes, quase todos afastados do cargo após enfrentarem problemas de pressões por parte dos índios, de fazendeiros e até casos de corrupção. As crises foram se tornando mais agudas a partir do governo Figueiredo, coincidindo com alguns fatores: maior organização do movimento indígena — a criação da União das Nações Indígenas (UNI), por exemplo —, e das entidades de apoio aos índios e, também, a falta de recursos para o cumprimento dos programas previstos pela Fundação prejudicando, especialmente, a demarcação das áreas indígenas.

Somente durante o governo João Figueiredo a Funai teve seis presidentes, e nenhum deles escondeu o alívio de deixar o cargo, afirmando que a Funai, como está, é inviável. Desfilaram pela presidência da Funai, nessa época, Adhemar Ribeiro da Silva, um engenheiro cujo trabalho foi dificultado pelas pressões dos grandes fazendeiros; coronel João Carlos Nobre da Veiga, que não conseguiu a simpatia dos índios, que o acusavam de agir com truculência; Paulo Moreira Leal; Otávio Ferreira Lima, que saiu do cargo por pressões dos índios do Parque do Xingu; Jurandyr Marcos da Fonseca, que enfrentou problemas em função das pressões das companhias mineradoras e, por fim, Nelson Marabuto. Este último continuou ocupando a presidência do órgão nos dois primeiros meses da Nova República, até que fosse escolhido o seu substituto.

No atual governo, a Funai já está em seu quarto presidente, Apoena Meirelles. Enquanto buscava um nome para a Fundação, dentro do difícil processo sucessório que se apresentava, o Ministério do Interior indicou um presidente interino, Ayrton Carneiro, que foi impedido de assumir por um grupo de índios. Em seguida, por pressão dos índios xavantes, foi nomeado Gerson Alves para o cargo, mas ele também acabou se afastando. Foi substituído por Álvaro Villas Boas, que permaneceu no cargo por dois meses, marcados por atos de protesto à sua nomeação. A troca de presidentes, segundo o próprio Apoena e antropólogos, indigenistas e sertanistas diversos, não vai solucionar o problema dos índios, cuja saída, na opinião de todos, só será visualizada quando estiverem eliminadas as decisões autoritárias. A proposta, no meio indigenista, é que os envolvidos na questão sentem-se à mesa para traçar uma política mais adequada.

gerir seu próprio patrimônio. Ele vê como um dos erros mais graves da política indigenista brasileira a tentativa de padronização e de generalização. E argumenta que não existe o índio brasileiro, mas sim várias sociedades indígenas, que têm suas próprias visões sobre si mesmas, sobre política e sobre economia.

A Funai, diz Terena, sempre fugiu dessas questões fundamentais e se acostumou a soluções simplistas e assistencialistas, e um exemplo é a assistência médica. "O médico da Funai limita seu trabalho a identificar a doença do índio e nunca encontra os meios de acabar com a doença, e nas outras áreas, o problema é encarado do mesmo modo, e as lideranças indígenas são levadas na brincadeira. Quando eles vêm buscar solução para problemas da comunidade, a Funai manda a assistência social comprar uma camisa, um sapato, uma rede ou um cobertor para fazer agrado ao índio".

Esse tipo de solução, segundo Terena, chega a funcionar duas, três vezes. Mas



Alcida: Descentralizar é arriscado

o problema, não solucionado, continua. O índio volta para a aldeia e verifica que o cobertor, a rede ou o sapato logo se acabam e o problema continua. Logo retorna a Brasília e chega ao ponto de os presentes não servirem mais para aplacar sua impaciência. Diante dessa falta de perspectiva, o índio se encontra num impasse. Não sabe se está caminhando para deixar de ser índio ou se vai lutar para

conquistar sua difícil autodeterminação. Nas aldeias os jovens querem sair em busca de solução, mas, despreparados, correm o risco de se tornarem marginais.

Outro grande problema, no entender de Marcos Terena, é que a sociedade envolvente sempre encarou o índio como coisa do passado, como se não acreditasse que o índio fosse sobreviver ao massacre físico e social a que foi submetido pelo processo civilizatório: "Quando os índios partem para fazer suas reivindicações, força uma nova, e talvez incômoda visão do índio. Do índio que sai do passado para participar da vida nacional, da construção da grande nação. O índio sabe que pode ser alguém na sociedade brasileira, sem deixar de ser índio. Ele quer, inclusive, participar da Assembléia Nacional Constituinte. Em última análise, ele quer o direito de decidir se vai plantar milho ou feijão, buscar seus próprios meios de crescer e de poder, com seriedade e responsabilidade, ajudar a fazer desse país uma grande nação, com toda sua pluralidade étnica e cultural".

Índio assume a sua defesa

Na história de indigenismo brasileiro, a década de 70 pode ser considerada a época do surgimento das entidades de defesa dos povos indígenas. Foram criadas dezenas delas entre 1975 a 1979, em todos os cantos do país. Algumas resistiram, outras se encontram em plena decadência, a maioria desapareceu completamente, a partir do momento que seus integrantes começaram a descobrir os partidos políticos ou outros assuntos mais palpitantes ou "na moda".

Do sul ao norte, estudantes, artistas, antropólogos e outros intelectuais criaram grupos, desde a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), nascida em Porto Alegre, até o desconhecido grupo Kukuro, de Manaus, que se manifestou duas ou três vezes durante sua existência, passando pelas comissões do índio do Rio de Janeiro e São Paulo.

A primeira entidade a ser criada foi o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) que no início da carreira trabalhou de forma independente e depois, no final da década de 70, se vinculou à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com direito a voto nas decisões da CNBB, durante as assembleias.

O Cimi foi criado em 1972, por inspiração dos jesuítas Antonio Iasi Junior e Egydio Schwade, com o apoio do bispo de Goiás, Dom Tomás Balduino, seu primeiro presidente. Apesar de ter sido o primeiro, o Cimi é ainda a única entidade que mantém o mesmo vigor de

acompanhamento das questões indígenas, contando com "agentes de pastoral" em todo o país, a maioria trabalhando nas áreas, junto às aldeias, desde que não sejam proibidas pela Funai, como já aconteceu no passado.

Talvez por contar com a estrutura e organização da Igreja e principalmente porque seus integrantes tenham como objetivo real a defesa dos índios, o fato é que o Cimi não dá mostras de enfraquecimento, passando por sucessivas mudanças, de acordo com o crescimento do nível de consciência dos líderes indígenas.

A partir da criação do Cimi, e quando o momento político começou a permitir manifestações de protesto contra a situação do país, outros grupos de defesa dos índios foram surgindo. Em 1982 contava-se com 54 entidades, algumas delas se dedicando a apenas um ou dois grupos indígenas, no máximo. É o exemplo da Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, que cuidava exclusivamente dos guaranis e do grupo Kukuro, de Manaus, que praticamente desapareceu depois que a Elf-Aquitaine pagou indenização aos satarémawés, pela pesca de petróleo em área indígena.

Em Minas Gerais, um pouco mais tarde, quando as entidades estavam em plena decadência, foi criado mais um grupo, o CTI - Centro de Trabalhos Indigenistas. No Nordeste, praticamente não houve entidades, embora naquela região vivam 22 mil índios. A única que surgiu foi a Anai-Bahia, que ainda sobrevive, deixando a denúncia pura e simples e partindo para um trabalho no estílo do Cimi, ou seja, junto com as comunidades, aprendendo e ensinando aos

índios, colaborando com a vida da aldeia em suas necessidades básicas, entre elas o aprendizado de higiene, técnicas agrícolas e intercâmbio com as demais tribos, além de assistência jurídica nas pendências com a sociedade envolvente.

A proliferação das entidades, naturalmente, determinou o seu próprio desaparecimento e, ao mesmo tempo, confusão na cabeça dos índios que não entendiam as divergências entre os diferentes grupos, cada um torcendo por sua tribo ou ambiente intelectual preferido. Em 1982, essas entidades começaram a demonstrar sinais de decadência, com tantas disputas entre si que determinado membro de uma entidade não aceitava conversar com outro, criticando o comportamento de seus integrantes.

A sentença de morte das entidades ocorreu, de fato, quando a abertura política no Brasil já era incontestável. Elas foram se diluindo nos partidos políticos e em outros movimentos populares que começaram a surgir entre 81 e 82.

Mas o que determinou, realmente, o esvaziamento total das entidades, com exceção daquelas que trabalham nas bases (Cimi e Anai) foi o aparecimento de lideranças indígenas com trânsito absoluto na imprensa. Ou seja, os índios não precisavam mais de porta-voz dos brancos e assumiam as denúncias dos problemas de suas tribos. Sem intermediários que controlavam as informações, os índios passaram a ocupar o lugar das entidades (que demoraram a entender isso) e hoje os líderes que têm desportado dentro das tribos e no cenário nacional valem mais do que três ou quatro entidades juntas, fazendo denúncia semelhante.